

Pefelistas e peemedebistas se unem para salvar ACM

Márcia Gouthier

HELAYNE BOAVENTURA
E SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA — A pressão de pefelistas e de alguns peemedebistas para salvar o mandato do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) já levou o relator Saturnino Braga (PSB-RJ) a adiar por uma semana a entrega de seu relatório, mas está apenas começando. No dia da acareação do cacique baiano com o senador José Roberto Arruda (sem partido-DF), e a ex-diretora do Prodasen, Regina Borges, um dirigente pefelista já advertia: Saturnino não vai propor a cassação do mandato de ACM porque pode ter o parecer derrotado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

O mesmo pefelista murmurava a solução para salvar ACM. “O PFL vai propor a suspensão do mandato do ACM por seis meses. Aceitamos até a discutir uma suspensão até o final do mandato, mas cassação nunca. Se isso não for aceito, a maioria dos senadores do Conselho não aceitará o parecer de Saturnino”, disse.

O parecer de Saturnino iria sugerir a cassação do mandato de Antonio Carlos e do ex-líder do governo José Roberto Arruda (sem partido-DF), mas o grupo carlista está promovendo um bombardeio sobre o relator e os integrantes do Conselho para evitar que o ACM seja cassado.

A manobra mais evidente foi promovida pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), na noite de quinta-feira, que evitou a votação de três requerimentos que iriam encerrar as investigações no Conselho e permitir a entrega do relatório do senador fluminense no próxima dia 10.

O adiamento faz parte da estratégia carlista, que planeja votar a punição para ACM no plenário em agosto, após o recesso parlamentar de julho, quando o assunto já teria esfriado na imprensa. Percebendo a tática dos pefelistas, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), sugeriu o adiamento da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que impediria o recesso. “Não podemos votar lei tão importante com esse clima”, justificou.

Os carlistas também estão telefonando para os integrantes do Conselho, numa tentativa de convencê-los a aprovar suspensão de seis meses do mandato de ACM, em vez da cassação. A incorporação da proposta ao parecer de Saturnino é considerada possível, apesar da disposição oposicionista de abrir o processo de cassação de mandatos. “O Saturnino é homem que conversa com todos os partidos, não é um radical”, avalia um cacique do PFL.

A sugestão pefelista não deve ser proposta diretamente ao presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), adversário do cacique baiano. A idéia é submetê-la aos integrantes do Conselho e aguardar que a senha seja logo decodificada pelo PMDB.

Barbalho já teria percebido que encerrar o mandato de Arruda e ACM é o mesmo que iniciar seu próprio processo de cassação. A saída é uma forma de evitar a reação de setores do PMDB que não aceitam a negociação e de escapar à rejeição popular ao chamado “acordão”.

Cassação também é saída vetada para Arruda, cujo destino afetaria diretamente o pefelista. A solução para o ex-tucano seria, no máximo, a renúncia. “Arruda e Antonio Carlos estão ligados, não dá para falar em cassação de um sem falar no outro”, completa um pefelista. Um senador que integra o Conselho de Ética avalia que o acordo já pode estar operando. “Os peemedebistas estão muito calados na comissão”, diz.

Outra opção carlista é modificar o conteúdo do relatório na Mesa Diretora. Ela pode ser presidida na ocasião pelo vice-presidente do Senado, o pefelista Edison Lobão (MA), com o argumento de que Jader estaria comprometido para julgar o processo.